



Bernardo Maciel | CEO | Yunit Consulting

Sistemas de Incentivos Financeiros: **desafios** e oportunidades para as PME portuguesas

p. II



Rui Bento, CFO

Carmo Wood: Um percurso de sucesso

p. IV



OPINIÃO EDUARDO SILVA

Portugal 2030. O que esperar? p. III



OPINIÃO ANDREIA JOTTA

Internacionalização: Arriscar para Crescer p. VII



Bernardo Maciel - CEO, Yunit Consulting

Sistemas de Incentivos Financeiros: desafios e oportunidades para as PME portuguesas

À conversa com Bernardo Maciel, CEO da Yunit Consulting, mergulhamos no cerne da sua abordagem inovadora para impulsionar o crescimento empresarial. Especializada em soluções financeiras e fiscais, a Yunit destaca-se pela sua paixão em capacitar as PME portuguesas, através do conhecimento especializado em investimento, financiamento e consultoria financeira. Descubra conosco o segredo por trás do seu sucesso e como planeiam moldar o futuro do cenário empresarial em Portugal.

O que é a Yunit Consulting e o que a distingue de outras consultoras? Qual é o segredo do vosso êxito?

A Yunit é uma consultora de gestão especializada no apoio ao investimento e à capitalização das empresas, sobretudo através de incentivos financeiros e fiscais. Temos uma equipa de 40 pessoas comprometidas em alavancar o crescimento das empresas especializadas no Investimento e Financiamento, Benefícios Fiscais, Corporate Finance e Consultoria Financeira. Temos como propósito “Fazer Grandes as PME portuguesas”, ou seja, apoiamos as empresas a tomar melhores decisões para que possam dar um salto qualitativo no seu crescimento, com foco na inovação e reforço de competitividade.

Desde o início da nossa atividade que assumimos como estratégia diferenciadora construir uma equipa que tenha uma combinação de competências entre a área económico-financeira e diferentes especialidades de engenharia, como são a eletrónica, mecânica, agronomia, nanotecnologia, etc. Esta opção tem sido crítica para dar resposta competente aos desafios cada vez mais complexos das empresas. Por um lado, temos de ser capazes de nos envolvermos na reflexão

estratégica e no apoio à tomada de decisão dos gestores e, por outro, ter capacidade e compromisso na execução dos diferentes projetos, onde a profundidade técnica e competência faz toda a diferença.

O fato de sermos uma PME e termos lógicas e desafios semelhantes aos dos nossos clientes, coloca-nos numa posição privilegiada e de proximidade para sermos capazes de identificar e diagnosticar as mudanças e oportunidades do mercado, traduzi-las para o contexto de cada um dos nossos clientes e apoiar a sua mudança e adaptação para dar a melhor resposta e continuar a criar valor.

A elevada capilaridade geográfica e setorial dos nossos clientes, a heterogeneidade das competências técnicas das nossas pessoas e a forma cúmplice e solidária com que atuamos junto dos nossos clientes deixam uma marca própria no mercado do que é a Yunit e o que esperar do nosso trabalho.

Por último, salientaria a empenho e compromisso que colocamos nas parcerias. Estas estão no nosso ADN. A própria Yunit nasceu de uma parceria entre 3 grandes stakeholders nacionais e, embora agora o nosso contexto acionista atual seja diferente (MBO efetuado em 2016), gostamos de preservar aquilo que esteve na base da nossa criação. A colaboração estratégica permite alcançar públicos mais amplos e criar sinergias que beneficiam todas as partes. Somos parceiros de referência das principais instituições financeiras em Portugal com um histórico que nos liga há mais de 10/15 anos no que diz respeito ao apoio ao investimento e das Câmaras de Comércio, no suporte às PME e às soluções para o crescimento.

São todos estes fatores os que mais nos distinguem e que podemos considerar “o segredo do nosso êxito”, mas, mais que isso, são o nosso compromisso.

Que soluções apresenta a Yunit Consulting para ajudar as PME? Fale-me um pouco dessas soluções.

A nossa oferta está focada no apoio ao investimento, sobretudo através de incentivos financeiros (PT2030, PRR, entre outros) e fiscais (SIFIDE, REAI, etc.). Apoiamos as empresas no Investimento em Inovação, Internacionalização e I&D. Com este posicionamento procuramos reunir competências o mais complementares possível para ajustarmos de forma superior a resposta às necessidades das empresas.

Temos, como já referi anteriormente, pessoas das mais diferentes áreas do conhecimento que nos permitem concretizar isto: economia, finanças e gestão, assim como das mais diversas especialidades da engenharia (Biomédica, Mecânica, Física, Eletrónica, Ambiente, Agronomia, Nanotecnologia, etc.). Adicionalmente, temos uma equipa especializada em Corporate Finance com serviços que vão desde a Avaliação de Empresas à assessoria no âmbito das Fusões e Aquisições.

Gostaria de destacar alguma?

Destacaria, pela atualidade do tema, as nossas soluções focadas no apoio ao investimento e financiamento, sobretudo através dos incentivos financeiros no âmbito do Portugal 2030. Num país onde as PME desempenham um papel crucial como motor da economia, é vital continuar a apoiar o investimento privado. Para isso, é fundamental que sejam atribuídos incentivos financeiros adequados para impulsionar a atividade económica.

As iniciativas ligadas à capitalização, inovação e internacionalização são essenciais para criar um ambiente propício ao crescimento empresarial. Para ter uma ideia da relevância deste tipo de incentivos, no âmbito do PT2030 - Inovação



Bernardo Maciel, CEO Yunit Consulting

possa diferenciar-se num ambiente cada vez mais competitivo. Destaco também o reforço e consolidação no mercado dos nossos serviços de Corporate Finance.

Queremos continuar a inovar, superar desafios com criatividade e moldar um futuro onde a Yunit se destaque como líder, inspirando e transformando o cenário empresarial.

Que perspetiva tem para as PME para 2024? Na sua opinião, quais os desafios e oportunidades das PME nacionais para este ano?

As PME desempenham um papel vital na economia nacional, impulsionando o emprego, fomentando a inovação e promovendo a competitividade económica. Num contexto de crescimento económico, embora com alguma incerteza, é fundamental que as pequenas e médias empresas continuem a investir de forma prudente e sustentável para suportar esse crescimento.

Com um crescimento de 2,2% no último trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal registou a maior subida em cadeia da Zona Euro, conforme dados do Instituto Nacional de Estatísticas. Esta evolução positiva, somada ao crescimento de 2,3% ao longo do ano de 2023, e o ressurgimento do indicador de confiança dos consumidores após quatro meses de declínio indica uma melhoria no sentimento geral da população, o que naturalmente impulsiona o consumo.

No entanto, apesar do crescimento económico registado e do aumento do sentimento positivo dos consumidores, ainda existem incertezas globais que podem afetar a estabilidade económica e, por conseguinte, as decisões de investimento das empresas. Para as PME, muitas vezes o acesso a financiamento é o primeiro grande desafio.

Por isso, e embora existam incentivos financeiros disponíveis, pode ser necessário melhorar o acesso ao capital para apoiar o crescimento necessário. Por outro lado, as pequenas e médias empresas, enfrentam desafios para competir num mercado global, exigindo investimentos em Inovação e Internacionalização para se manterem competitivas.

Falando agora das oportunidades, os incentivos financeiros e fiscais disponíveis, como PT2030 - Inovação Produtiva, Internacionalização ou Qualificação, REAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento ou BFCIP - Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo (BFCIP), representam oportunidades para as PME investirem em áreas estratégicas, como inovação e melhoria da produção, internacionalização da sua atividade ou qualificação dos seus colaboradores e da própria empresa. O investimento em inovação e I&D não só pode melhorar a competitividade das PME no mercado global, mas também pode torná-las mais resilientes a alterações económicas. Neste contexto, os incentivos à I&D e o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial têm um papel essencial na promoção do investimento nestas áreas cruciais.

Finalmente, a existência de consultores especializados, como a Yunit, oferece às PME acesso a conhecimentos e recursos especializados para tomarem decisões de investimento mais informadas e estratégicas.

Os incentivos ao investimento e à capitalização existem: entre o PRR e o PT2030, são mais de 12 mil milhões de euros em incentivos para as empresas. Saibam as PME tirar o adequado partido deste contexto, apostando na preparação e estruturação antecipada dos seus projetos de investimento, de forma a maximizarem a probabilidade da aprovação da sua candidatura e assegurando que não fuzam parte dos 43% de empresas que viram as suas candidaturas chumbadas no Portugal 2020.

Produtiva, que esteve aberto entre maio e dezembro do ano passado, submetemos 57 candidaturas de projetos de investimento que totalizaram mais de 150 milhões de euros, a maioria deles há quase 2 anos à espera pela abertura deste aviso para avançarem com os investimentos.

O nosso papel passa por descomplicar e simplificar para os nossos clientes todo o processo de candidatura, otimizando o potencial de elegibilidade dos projetos de investimento: desde a realização de uma análise económico-financeira coerente, passando pelo alinhamento do projeto com os indicadores relevantes no âmbito da descarbonização, até à submissão da candidatura na plataforma específica, cujos formulários obrigam a uma série de conhecimentos e de competências. Só trabalhando desta forma é que conseguimos atingir taxas de sucesso na ordem dos 76% (SI I&DT, INT, QUAL e INOV), quando a média do mercado é de 41%.

Quais são os vossos desafios para este ano de 2024?

O nosso grande desafio passa, invariavelmente, pela capacidade de resposta aos desafios que as PME portuguesas enfrentam, acrescentando continuamente valor ao nível do negócio, no que à capitalização e ao investimento diz respeito.

Por outro lado, mais do ponto de vista estratégico, um dos nossos grandes objetivos a dois anos é a integração estratégica e operacional das equipas de marketing e comercial. A máxima performance acontece quando marketing e vendas caminham juntos porque têm o mesmo objetivo: melhorar as coisas e solucionar problemas! Estamos determinados a fazer esta jornada, que iniciámos no ano passado, e esta mudança de mindset porque estamos certos de que vai, sem dúvida, ser determinante para continuarmos a crescer e a evoluir no mercado. Esta aposta na convergência entre estratégia de negócio e de marketing não é, para a Yunit apenas uma opção, mas sim o caminho para que a organização

Bilhete de Identidade

Designação: Yunit Consulting, Lda.

Data de Fundação: 2010 (estando a sua origem numa empresa anterior fundada em 2001).

CEO: Bernardo Maciel

Tipologia de empresa: PME (Volume de Negócios: 2 milhões €)

Colaboradores: 30 – 40

Sector de atividade: Consultora de gestão especializada no apoio ao investimento e à capitalização das empresas através de incentivos financeiros e fiscais. Equipa especializada em Investimento e Financiamento, Benefícios Fiscais, Corporate Finance e Consultoria Financeira.

Localização: Lisboa e Porto

Site: www.yunitconsulting.pt

OPINIÃO

Portugal 2030. O que esperar?



EDUARDO SILVA
Diretor Técnico | Yunit Consulting

Portugal 2030, após um significativo atraso no seu lançamento, teve em 2023 o arranque dos principais sistemas de incentivos para as empresas. Pela análise aos vários programas operacionais existia a ideia que este novo programa-quadro seria muito semelhante ao anterior. Tal já é possível de confirmar, especialmente no que diz respeito aos principais Sistemas de Incentivos direcionados às empresas. No entanto, se a forma não sofreu grandes alterações - mantém-se como principais tipologias a Inovação Produtiva, a I&D, e a Internacionalização e Qualificação - em termos práticos já é possível identificar alterações significativas, especialmente nos concursos que já tiveram Avisos abertos - Inovação Produtiva e Investigação e Desenvolvimento.

Desde logo, refira-se a restrição do acesso a estes concursos de grandes empresas, exceto se forem de pequena e média capitalização. Também ao nível da Inovação Produtiva verificou-se a eliminação do instrumento financeiro, o qual envolvia diretamente a Banca na análise e decisão de aprovação das candidaturas.

Relativamente aos concursos direcionados a projetos de Investigação e Desenvolvimento, a principal alteração é mesmo a aplicação do modelo de custos simplificados o que,

na prática, faz com que o custo considerado para o apuramento do incentivo dependa exclusivamente da equipa de I&D alocada ao projeto. Apesar de a opção ser justificada com o histórico do Portugal 2020, dos vários casos já analisados, esta opção fará baixar a taxa de incentivo efetiva nestes programas, se comparada esta regra com as aplicadas no Portugal 2020.

“
Numa perspetiva mais operacional, era expectável (e desejável) que em termos burocráticos se assistisse a uma simplificação do processo e respetivos procedimentos de candidatura.”

Numa perspetiva mais operacional, era expectável (e desejável) que em termos burocráticos se assistisse a uma simplificação do processo e respetivos procedimentos de candidatura. Na prática, tal ainda não se tem verificado. As condições de acesso mantem-se semelhantes. No caso dos concursos ao Inovação Produtiva, passou a ser obrigatória a apresentação de projeto de arquitetura

aprovado, sempre que aplicável, para todos os projetos e não apenas para os do setor do turismo. Esta decisão tem como objetivo garantir que a execução de um projeto, caso aprovado, não fique dependente de terceiros, e teve como base a experiência do programa anterior, onde vários projetos eram aprovados, mas que depois não arrancavam porque ficavam dependentes da aprovação dos projetos de arquitetura nas respetivas câmaras municipais. No que diz respeito aos formulários, também se verificaram alterações. Estes passam a ser mais curtos, mas esta redução deve-se, sobretudo, à eliminação de secções dedicadas à empresa, e que serviam sobretudo para efetuar uma análise detalhada a esta, o que tem provocado opiniões contraditórias, uma vez que pode prejudicar a análise do projeto.

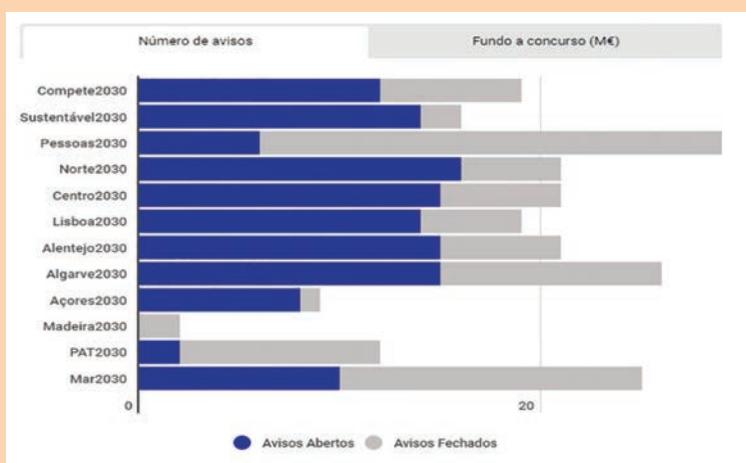
Em suma, aquilo que se pode esperar do Portugal 2030 é uma linha de

continuidade face ao seu antecessor. As empresas, excetuando as não PME, podem esperar apoios para as mesmas tipologias de investimento, e algumas novidades introduzidas ao nível da transição climática e digital e na conjugação de apoios de I&D com Inovação, onde é expectável que se replique no Portugal 2030 alguns dos casos de sucesso verificados no PRR. Nota-se também uma tentativa de corrigir alguns aspetos negativos que marcaram o Portugal 2020, bem como algumas alterações que visam, sobretudo, eliminar as principais causas para a não execução de projetos. Nestes casos, nem todas as opções tomadas foram as melhores. Como pontos positivos, realçam-se a publicação de um plano anual de avisos, bem como de vários sistemas de incentivos estarem abertos em contínuo, o que permite às empresas saber com o que contar e ter mais tempo para preparar as suas candidaturas.



PT2030: perguntas com resposta

Portugal 2030 com mais de 490 operações aprovadas e 774 M€ de investimento



Portugal 2030 alcançou um marco significativo com a aprovação de 493 operações, totalizando um investimento de 774 milhões de euros em fundos europeus, conforme os dados recentemente divulgados na 2.ª Lista de Operações Aprovadas e no Boletim Mensal.

Nesta última edição do Boletim, com dados atualizados até 31 de dezembro, é dada uma ênfase especial às aprovações. Dentre as 493 operações aprovadas, o destaque principal recai sobre o Programa PESSOAS 2030, que absorve a maior parcela da execução, com 428 operações aprovadas, correspondendo a um montante executado de 364 milhões

de euros e um total aprovado de 572 milhões de euros.

Destaca-se ainda a contribuição significativa do Programa Açores 2030, com um investimento de 46 milhões de euros, representando 11% do fundo já executado.

As operações aprovadas pelo Portugal 2030 abrangem uma variedade de áreas, incluindo formação superior e avançada, com ênfase em bolsas de estudo para alunos carenciados, bolsas de doutoramento e Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP). Além disso, há um foco na igualdade de acesso aos serviços de educação, com medidas voltadas para a recuperação

de aprendizagens e promoção do sucesso escolar. Outras áreas contempladas incluem a qualificação e internacionalização das empresas, bem como a assistência técnica para o funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão e monitorização, além da segurança dos sistemas de gestão e controlo.

Até o final de dezembro de 2023, o Portugal 2030 já havia lançado 220 Avisos de Concurso, com um montante total de fundos a concurso de 3.232 milhões de euros. Este cenário reflete o compromisso contínuo com o desenvolvimento e a utilização eficaz dos recursos disponíveis para impulsionar o progresso e a inovação em Portugal.

Atualmente, encontra-se em concurso uma parcela significativa do fundo programado, correspondendo a 14,1% do total. Dos 3.232 milhões de euros disponibilizados para concurso, 41% dizem respeito ao Fundo Social Europeu+ e 34% ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Quanto ao Fundo Europeu de Apoio às Populações Mais Carenciadas (FEAMPA) e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FTJ), aproximadamente 40% dos seus fundos programados já estão em concurso. Por sua vez, o Fundo de Coesão e o Fundo Social Europeu+

colocaram a concurso 17% da sua dotação, cada um. Esta distribuição evidencia um avanço considerável na utilização dos recursos disponíveis, demonstrando o compromisso em impulsionar o desenvolvimento e a coesão socioeconómica em Portugal.

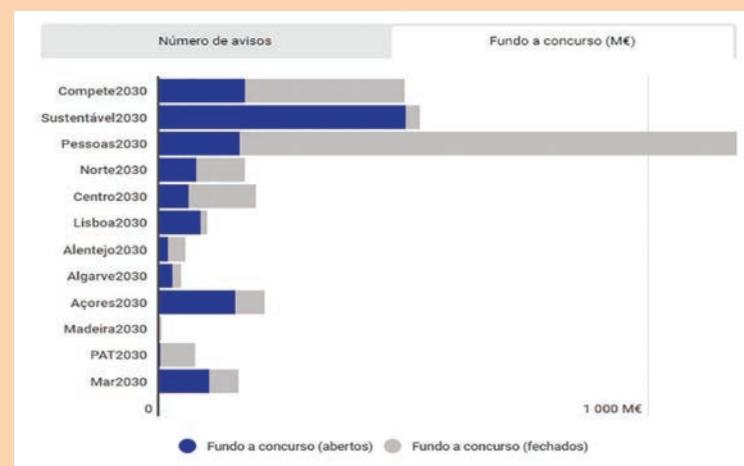
Como se operacionaliza a programação?

O programa Portugal 2030 é executado por meio de uma estrutura composta por 12 programas, distribuídos em quatro de âmbito temático, sete regionais e um dedicado à

assistência técnica. Além desses, há também a inclusão dos programas de cooperação territorial europeia, nos quais Portugal está envolvido.

Como é feita a distribuição das dotações?

Os quatro Programas Temáticos abrangem 57% da dotação total dos fundos destinados ao Portugal 2030, enquanto os sete Programas Regionais representam 42,3% dessa dotação. Por fim, o Programa de Assistência Técnica corresponde a 0,7% do total dos fundos alocados.



Rui Bento, CFO

Carmo Wood: Um percurso de sucesso rumo à inovação e internacionalização

Na Carmo Wood, em Oliveira de Frades, todo o processo de transformação, criação de produtos e desenvolvimento técnico é português, embora disponibilize uma vasta gama de produtos no território nacional e além-fronteiras, em setores tão distintos como a agricultura, mundo equestre, construção, turismo, lazer, segurança e telecomunicações. A inovação faz parte do seu ADN. Depois de um incêndio que dizimou toda a fábrica em 2017, renasceu das cinzas em 2018 com mais força e vontade de crescer.

Para quem não conhece a Carmo Wood, fale-nos sobre a história da empresa e como tudo começou. Qual é a vossa missão? Em que áreas atuam?

A Carmo é uma empresa com cerca de quarenta anos de história. Somos líderes europeus de madeira tratada para ambientes de exterior. Temos atualmente cerca de quatrocentas pessoas e três fábricas, uma em Pegões, uma em Almeirim e, a maior todas, em Oliveira de Frades.

Temos crescido muito nos últimos dez anos. Podemos dizer que triplicámos o nosso crescimento, mesmo tendo passado pela perda completa de uma fábrica e a sua reconstrução.

Neste momento faturamos entre 80 a 90 milhões de euros, triplicámos o número de colaboradores e as vendas ao longo destes últimos anos. Ao mesmo tempo, aventurámo-nos em áreas de negócio diferentes e temos hoje cerca de 12 áreas de negócios distintas,



todas elas relacionadas com a madeira e seus derivados.

Este é o drive da nossa missão, toda a parte da sustentabilidade, florestas sustentáveis e economia circular. Oferecemos uma vasta gama de produtos no território nacional e além-fronteiras, em sectores tão distintos como a agricultura, mundo equestre, construção, turismo, lazer, segurança e telecomunicações.

Atualmente exportamos para mais de 40 países, sendo o mercado internacional representativo de cerca de 50% da nossa faturação.

No site da Carmo Wood afirmam “A inovação está presente no nosso dia a dia. Este é o nosso ADN.” Foi essa procura pela inovação que levou a empresa a candidatar-se ao Portugal 2020?

Quais eram os grandes desafios que pretendiam colmatar através do acesso aos incentivos financeiros no âmbito da “Inovação Produtiva” e “Internacionalização”?

Fizemos projetos de internacionalização e de inovação produtiva, incluindo sempre investigação. Tivemos também projetos de I&D difundidos in-house, em conjunto com algumas entidades externas de investigação.

Para além desses, tivemos um grande projeto, o Repor, que nos levou a reconstruir uma fábrica de raiz. Os projetos e os apoios que temos tido têm sem dúvida uma grande ligação ao que já é o ADN da casa, que é estarmos permanentemente a inovar e a criar novos produtos e novas soluções para novos mercados.

Porque é que decidiram contar com a Yunit para o apoio na candidatura? Quais eram as necessidades fundamentais?

Minimizar riscos, poupar tempo para focar no negócio, burocracia, complexidade do processo, pouco conhecimento sobre as candidaturas ao PT2020 foram algumas das razões que nos fizeram apostar numa parceria com uma consultora. Ao mesmo tempo, a relação com a Yunit já começou há cerca de oito anos, por isso já sentíamos a confiança necessária para avançar. Tem sido uma relação de grande sucesso para todos os efeitos, e tendo a Carmo um cariz inovador muito grande, precisamos de parceiros que nos dêem músculo para montar projetos, e que tenham conhecimento para que as nossas ideias sejam transformadas em projetos enquadrados com os vários apoios existentes. Sobretudo procurávamos alguém que nos compreendesse para

nos poder dar essa assessoria. Ao longo destes oito anos de parceria, a Yunit conseguiu obter um grande conhecimento do que é Carmo Wood, conhece-nos profundamente, e isso facilita a construção dos projetos. Adicionalmente, ao terem a expertise que nós não temos e que é necessária para a aprovação dos projetos, conseguimos culminar os nossos conhecimentos e competência mútua que se têm mostrado necessários para o sucesso destes grandes projetos. Até hoje nunca tivemos um projeto negado dos que foram trabalhados com a Yunit, esta taxa de sucesso de cem por cento é um indicador de que a nossa parceria funciona muito bem.

Numa palavra como caracterizaria a colaboração entre a Yunit e a Carmo Wood?

Sucesso e parceria. Neste caso foram duas palavras, mas sem dúvida que uma não é dissociável da outra, porque efetivamente caracterizam a dinâmica que tem existido entre as duas empresas.

Bilhete de Identidade

Carmo Wood – É composta por um conjunto de 10 empresas, com sede em Portugal, e todo o processo de transformação, criação de produtos e desenvolvimento técnico é português.

Data de Fundação: 1988

Presidente: Jorge Milne e Carmo

Setor de Atividade: Desenvolve soluções com base na madeira tratada industrialmente por vácuo e pressão, sendo já a maior empresa europeia em soluções de exterior e interior em produtos de madeira tratada, em número e volume.

Subsidiárias: 3 (PT, FR e ES)

Fábricas: 4

Colaboradores: +400

Países de exportação: +43

Faturação: +100M€

OPINIÃO

Fundos Europeus: Oportunidades para as Empresas



EDUARDO SILVA
Diretor Técnico | Yunit Consulting

Portugal tem, pela primeira vez na sua história, dois programas-quadro da União Europeia a decorrer em paralelo, o PRR e o Portugal 2030. Após um arranque atrasado do Portugal 2030, acredita-se que em 2024 este irá estabilizar, estando prevista a abertura de centenas de avisos. Se a isto juntarmos um PRR

que está com cerca de 80% das verbas já alocadas a projetos aprovados, é expectável que a partir de agora todos os anos sejam injetados milhares de milhões na economia nacional por via destes fundos, para financiar uma panóplia de projetos, desde projetos públicos estruturais, a projetos promovidos por empresas, desde as micro às grandes.

Assim, e no que diz respeito às empresas, apesar de toda a instabilidade e desafios, os próximos anos podem trazer oportunidades que não devem ser descuradas. Numa conjuntura onde a evolução do mercado obriga as empresas a ciclos de investimento cada vez mais curtos, a transitar para uma economia verde e a apostar no digital e posicionarem-se à escala global, é cada vez mais premente. E é neste contexto que os sistemas de incentivos podem, e devem, servir para as empresas melhorarem a competitividade

e sustentabilidade, acelerando a execução de investimentos relevantes e/ou promovendo outros dos quais depende o seu crescimento.

O PRR já mostrou ao que vem, e financia sobretudo projetos que incidam em áreas como transição climática e digitalização. O grande objetivo é apoiar as empresas numa transição (climática e digital) cada vez mais crítica para que estas se tornem competitivas e sustentáveis à escala global.

O Portugal 2030, na linha do Portugal 2020, vai continuar a apoiar as empresas em projetos de Investigação e Desenvolvimento, Inovação Produtiva, Internacionalização e Qualificação. Também é expectável uma forte aposta ao nível de apoios para a captação de talentos altamente qualificados e na formação.

Existem, assim, diversas oportunidades sobre as quais as empresas, sobretudo

as PME, podem e devem estar atentas. Durante os próximos anos as empresas terão à sua disposição diversos mecanismos de financiamento para os seus investimentos com o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços; na construção e requalificação dos espaços produtivos, aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologia; serviços especializados que as dotem internamente das capacidades necessárias para serem mais competitivas e eficientes; e nos investimentos necessários para reforçar a aposta na exportação. Ou seja, em áreas que imprevisivelmente as empresas terão de apostar a curto e médio prazo, fruto da rápida evolução dos mercados onde se inserem. É, pois, importante manter estes dentro do radar, dado que a maior parte destes mecanismos disponibilizam incentivos a fundo perdido com taxas relevantes, que podem servir de catalisador para as suas estratégias.

Notícia

Desenvolvimento do Pilar de Competitividade: I&D, Inovação e Empreendedorismo

EDUARDO SILVA
Diretor Técnico | Yunit Consulting

A União Europeia (UE), inserida numa competição global por recursos e tecnologias, enfrenta a necessidade premente de diversificar as suas cadeias de abastecimento, estabelecer planos de contingência e criar parcerias estratégicas com países terceiros. Essas estratégias, fundamentadas no investimento contínuo em I&D e Inovação, tornam-se não apenas imperativas para a prosperidade económica, mas essenciais para garantir a sustentabilidade e resiliência no palco internacional.

Simultaneamente, o empreendedorismo emerge como peça-chave numa economia globalizada e competitiva, atuando como motor impulsionador do emprego

“Num cenário global onde a competitividade económica é moldada por desafios e oportunidades em constante evolução, a importância da Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação nunca foi tão evidente.

e crescimento económico. Além de criar empresas, o empreendedorismo gera investimentos significativos na economia, proporciona a criação de empregos e fomenta a competitividade e a inovação.

Nesse contexto, é crucial reconhecer que o investimento em I&D, Inovação e Empreendedorismo está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de novas qualificações, especialmente nas áreas emergentes como o digital e a economia verde. Estas dimensões não só enriquecem a força de trabalho, mas também desempenham um papel central na criação de empregos de qualidade, conforme evidenciado por rankings e estatísticas internacionais especializadas.

À luz do relatório recentemente publicado pelo Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) da República Portuguesa, emergem insights cruciais sobre a interseção entre Investigação e De-

envolvimento (I&D), Inovação e Empreendedorismo como pilares essenciais para a competitividade.

Contexto europeu

O documento enfatiza que, no contexto da União Europeia, a intensificação da concorrência global por recursos e tecnologias destaca a importância de diversificar cadeias de abastecimento. Propõe-se que a criação de planos de contingência e o estabelecimento de parcerias com países terceiros são medidas vitais. O investimento estratégico em I&D e Inovação surge como uma resposta essencial para enfrentar os desafios emergentes e garantir a resiliência económica.

O empreendedorismo como alavanca económica

O empreendedorismo, apontado como componente fundamental numa economia globalizada e competitiva, é identificado como um motor impulsionador do emprego e crescimento económico. O relatório destaca a criação de novas empresas, o aumento do investimento na economia, a geração de novos empregos e a promoção da competitividade e inovação como vantagens associadas ao empreendedorismo.

I&D, Inovação e Empreendedorismo na criação de emprego

Uma perspetiva integrada do relatório destaca a inseparabilidade do investimento em I&D, Inovação e Empreendedorismo do desenvolvimento de novas qualificações. Este elo é identificado como uma componente fundamental para a criação de empregos de qualidade, especialmente em áreas associadas ao digital e à economia verde.

Conclusão

Ao analisar estas dimensões, o relatório do GEE contribui para uma compreensão abrangente do panorama atual e futuro da competitividade, fornecendo uma base sólida para estratégias corporativas, políticas públicas e ações individuais. O compromisso contínuo com estes pilares promove não só o presente, mas também permite formar um caminho resiliente para um futuro competitivo, solidificando assim o papel de Portugal no palco global. O investimento em Inovação e Investigação & Desenvolvimento são cruciais para a competitividade e crescimento das empresas nacionais.

Notícia

Incentivo à Investigação e Desenvolvimento para PME e Small Mid Caps: Como Alavancar o Seu Projeto de I&D com os Fundos Disponíveis



O Sistema de Incentivos à I&D Empresarial (SIID) tem avisos abertos até final do ano. Os avisos dividem-se entre Operações Individuais para territórios de baixa densidade e outros territórios. Nestes, as empresas concorrem sendo os únicos promotores do projeto. Os outros dois avisos, são para projetos em Co-promoção, também para operações em territórios de baixa densidade, e outros territórios.

Não obstante às diferenças, em todos os casos o objetivo é promover atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental que resultem na criação de novos produtos, processos ou sistemas, mas também na introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes.

Notícia

I&D financia equipas alocadas a esta atividade, a fundo perdido, até 70%!

O Sistema de Incentivo à Investigação & Desenvolvimento (SIID) pretende apoiar projetos compreendendo atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas exigentes. No entanto, nem sempre é muito claro para as empresas o que é necessário para que uma atividade seja considerada uma atividade de I&D. Na prática, esta deverá cumprir com cinco critérios principais: nova, criativa, incerta, sistemática, transferível e/ou reproduzível.

Resumindo, o critério básico que permite distinguir a I&D de atividades afins é a existência de um elemento apreciável de novidade e a resolução de uma incerteza científica e/ou tecnológica. Assim, os projetos I&D de empresas contemplam atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental.

Pode parecer complexo, mas não é. Em Portugal mais de 3.000 empresas declararam, em 2021,

Uma alteração significativa face ao Portugal 2020, é que este incentivo deixa de estar acessível a todas as empresas, independentemente da sua dimensão, e passa apenas a estar disponível para PME, e empresas de pequena-média capitalização, conhecidas como Small Mid Caps.

Outra grande novidade face ao Portugal 2020 é a criação e adoção de uma nova forma de apuramento das despesas elegíveis. Apesar de as rubricas de investimento elegíveis serem as mesmas (recursos humanos, matérias-primas e componentes, equipamento científico, software, subcontratações, entre outros), foi definido um método de apuramento de custos simplificado, onde o custo elegível do projeto é em função dos ETI (Equivalente a Tempo Integral) - tempo efetivo de atividade dos recursos humanos,

integral ou parcialmente, afeto aos trabalhos de I&D. Trata-se de uma alteração significativa, uma vez que o incentivo passa a depender na totalidade do número de recursos humanos, e respetivos tempos de trabalho previstos, alocados à operação.

Apesar das alterações, tratam-se de operações bastante atrativas, uma vez que disponibiliza incentivos a fundo perdido às empresas, para reforçarem as suas atividades de I&D e, assim, impulsionar a sua inovação e a competitividade o que, num mercado cada vez mais competitivo e global, torna-se um fator crítico de sucesso em cada vez mais setores.

Se tem um projeto de I&D que se enquadra nos critérios acima mencionados, não deixe de considerar esta possibilidade de financiamento e esteja atento a estas datas.



despesas com atividades de I&D. Se parte delas pensa na sua atividade de I&D atempadamente, a verdade é que muitas das empresas realizam atividades de I&D para não perder clientes, porque são forçadas constantemente a dar resposta a novas solicitações, a acompanhar as tendências, a dar resposta a pedidos dos seus clientes, cuja exigência é cada vez maior.

E, da nossa experiência, este é provavelmente o instrumento para o qual as empresas estão menos sensibilizadas. Mas basta aos gestores refletirem sobre o impacto da evo-

lução tecnológica na sua atividade nos próximos 2 a 3 anos, e/ou as tendências, para perceberem que terão de desenvolver novos produtos, modernizar os atuais ou apostar em novas tecnologias. Por vezes, isso só será possível com recurso a projetos de I&D, sendo que o PT 2030 disponibiliza um instrumento adequado para estes casos, que financia as equipas e outros custos relacionados com os seus projetos que, inevitavelmente, com ou sem apoios, terão de realizar para acompanharem o mercado em que estão inseridos.

Notícia

Plano Anual de Avisos PT2030: quais os avisos a que a sua Empresa deve estar atenta em 2024?

São 537 avisos programados no âmbito do Portugal 2030, com um orçamento total de mais de 7 mil milhões de euros. Se procura financiamento para expandir a sua atividade para mercados externos, investir em inovação ou na sua capacitação o futuro é promissor! Os Programas Mar 2030, Norte 2030, Algarve 2030 e Alentejo 2030 vão ter o maior número de avisos programados para os próximos 12 meses.

Para facilitar o processo de decisão e de candidatura destacamos abaixo os 6 avisos prioritários que a sua empresa deve acompanhar:

1. I&D Empresarial (Operações Individuais e em Co-promoção)

Beneficiários: PME e Small Mid Caps (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) que desenvolvam atividades de investigação industrial e ou desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes.

Dotação global: 46,2 milhões de euros

Taxa máxima de incentivo: 80%

Despesa elegível: até 10 milhões de euros

Período de candidaturas: aberto até Dezembro de 2024

2. Internacionalização PME (Operações Individuais)

Beneficiários: PME (exclui grandes empresas) de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que pretendem potenciar o aumento da sua base e capacidade exportadora e reconhecimento internacional, através da implementação de ações de promoção e marketing, da sua presença em certames internacionais e do conhecimento e acesso a novos mercados.

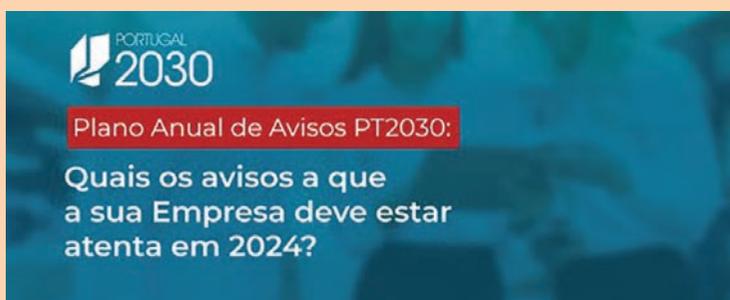
Dotação global: 32 mil euros
Taxa máxima de incentivo: 50%

Despesa elegível: 25 mil a 500 mil euros (valor PT2020)

Período de candidaturas: Junho a Dezembro 2024

3. Inovação Produtiva

Beneficiários: Micros e PME com atividades económicas que visem a produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, com o principal objetivo de estimular



o seu desenvolvimento e melhorar a sua capacidade produtiva.

Dotação global: 400 milhões de euros

Taxa máxima de incentivo: 40%

Despesa elegível: 250 mil euros a 25 milhões de euros

Período de candidaturas: abril a dezembro 2024

4. Qualificação das PME

Beneficiários: PME que desenvolvam atividades que visem a sua qualificação em domínios imateriais com o objetivo de promover a competitividade das PME e sua capacidade de resposta no mercado global.

Dotação global: 18 milhões de euros

Taxa máxima de incentivo: 50%

Despesa elegível: 25 mil a 500 mil euros (números PT2020)

Período de candidaturas: maio a julho de 2024

5. Recursos Humanos Altamente Qualificados

Beneficiários: PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que disponham de contabilidade organizada e de estrutura física com atividade regular (sede ou estabelecimento) nas regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve.

Dotação global: 1,5 milhões de euros

Taxa máxima de incentivo: 50%

Despesa elegível: Salário base + SS + Seguro acidentes trabalho, com os seguintes valores mínimos e máximos:

- Licenciatura (nível 6) /

Mestrado (nível 7): min 1.649,15€; max 2.349,15€

- Doutoramento (nível 8): min 2.132,32€; max 3.667,94€

Período de candidaturas: 30/11/2023 a 27/12/2024 (varia de acordo com as regiões)

6. Incentivos de Base Territorial

Beneficiários: Micro e pequenas empresas com atividades económicas que visem a produção de bens e serviços transacionáveis, com o principal objetivo de estimular o seu desenvolvimento e melhorar a sua capacidade produtiva.

Dotação global: 42 milhões de euros

Taxa máxima de incentivo:

- 50 % para Investimentos localizados em territórios de baixa densidade
- 40 % para os investimentos localizados nos restantes territórios

Majorações: Até 10%

Período de candidaturas: Algarve: 15-12-2023 a 16-12-2024

Norte, Centro e Alentejo: Maio a setembro de 2024

Despesa elegível: até 250 mil euros

Notícia

Quais os principais requisitos para uma candidatura ao SICE Inovação Produtiva?



RUI RODRIGUES

Coordenador de desenvolvimento de projetos na Yunit Consulting

O Sistema de Incentivo à Competitividade Empresarial (SICE) Inovação Produtiva visa apoiar empresas que tenham projetos de investimento inseridos numa das seguintes tipologias:

- Criação de um novo estabelecimento;
- Aumento da capacidade de um estabelecimento existente;
- Alteração / melhoria do processo global de produção de um estabelecimento existente;
- Diversificação da produção de um estabelecimento para produtos não produzidos anteriormente no estabelecimento.

Trata-se de um incentivo cujo foco está na componente produtiva das empresas. Como tal, além de exigir um enquadramento nas tipologias acima referidas, dado o seu foco na componente produtiva, é importante que o projeto esteja enquadrado com as políticas setoriais definidas: indústria 4.0, transição ener-



gética, entre outros. Isto implica que o projeto preveja investimentos que tragam estas realidades para dentro das empresas, de forma a garantir a sua sustentabilidade futura.

Igualmente importante, este sistema de incentivos exige que investimento previsto resulte em uma das três formas de inovação:

Inovação no produto: produção de produtos diferentes, sendo que esta diferença pode ir desde a melhoria significativa em produtos existentes, a novos produtos, dentro das famílias de produtos existentes, até produtos diferenciados quando comparados com a oferta atual das empresas.

Inovação de processo: promover, por exemplo, maior rapidez e/ou eficiência na produção, novas tecnologias de produção automatizadas, sistemas assentes em tecnologias limpas, entre outros.

Inovação organizacional ou de marketing: potenciar um incremento em termos organizacionais, por exemplo, por via da adoção de sistemas de análise avançada de dados, inteligência artificial, entre outros.

Notícia

Sistemas de Incentivos Base Territorial: Apoio ao Empreendedorismo e Crescimento Sustentável

O Aviso Incentivo Base Territorial do Portugal 2030 tem como principal objetivo impulsionar pequenas operações de investimento, visando a criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas. O objetivo é claro: fortalecer o tecido empresarial e contribuir para o desenvolvimento económico local, promovendo a criação de empregos e a modernização das economias regionais.

Os beneficiários diretos deste apoio são as micro e pequenas empresas, segmentos fundamentais para a dinamização económica e social do país. A abrangência geográfica do programa alcança todo o território de Portugal continental, assegurando uma distribuição equitativa dos recursos e fomentando o desenvolvimento em todas as regiões.

O montante do investimento elegível é de até 250.000€, permitindo que mesmo operações de pequena dimensão possam ser contempladas e impulsionadas. As despesas elegíveis abarcam uma variedade de áreas, desde a aquisição de equipamentos e tecnologia até estudos de mercado e participação em eventos internacionais.

A taxa de financiamento varia consoante a localização do investimento. Para os territórios de baixa densidade, a taxa base é de 50%, enquanto nos restantes territórios é de 40%. São também contempladas majorações de até 10%, incentivando ainda mais o investimento em regiões menos desenvolvidas.

O período de candidaturas varia de acordo com a região. Para o Algarve, as candidaturas estão abertas de 15 de dezembro de 2023 a 16 de dezembro de 2024. Já para as regiões Norte, Centro e Alentejo, o pe-

ríodo de candidaturas decorre de maio a setembro de 2024, proporcionando oportunidades ao longo do ano para os potenciais beneficiários apresentarem os seus projetos.

Em suma, o aviso Incentivo Base Territorial do Portugal 2030 é uma ferramenta crucial para estimular o empreendedorismo e promover o crescimento económico sustentável em todo o país. Ao apoiar iniciativas locais, contribui-se não só para o fortalecimento das economias regionais, mas também para a construção de um futuro mais próspero e resiliente para todos os portugueses.

“O objetivo é claro: fortalecer o tecido empresarial e contribuir para o desenvolvimento económico local, promovendo a criação de empregos e a modernização das economias regionais.”

OPINIÃO

Internacionalização: Arriscar para Crescer



ANDREIA JOTTA
Diretora de Desenvolvimento de Negócios
Yunit Consulting

A internacionalização é um passo ousado para muitas PME, mas não deve ser encarada como um obstáculo e sim como um desafio e uma oportunidade para conquistar novos mercados e aumentar a competitividade.

O caminho da internacionalização não é fácil nem simples, uma vez que ganhar a confiança exige tempo e investimento. Há que apostar numa estratégia bem delineada e num planeamento eficaz e ter uma capacidade de investimento robusta.

Por isso, antes de dar os primeiros passos nesta jornada, é necessária uma avaliação exaustiva da envolvente do negócio, dos mercados e da própria organização para melhor acautelar todos os fatores críticos, obstáculos e desafios que possam surgir. Partilho 7 tópicos que são essenciais as empresas terem em conta antes de avançar:

1) Motivação: As motivações para internacionalizar são diversas e podem ser reativas ou proativas, nomeadamente, uma resposta a uma necessidade (saturação do mercado interno, declínio de vendas domésticas ou superprodução) ou não querer depender de um número restrito de clientes. O importante é identificar se a internacionalização é uma forma de responder a dificuldades ou, pelo contrário, um meio para ganhar competitividade.

2) Propensão Internacional do Produto/Negócio: Nem todos os produtos são internacionalizáveis. Muitas vezes pela sua natureza, por custos de logística, ou pela forte concorrência, a expansão para mercados externos não é solução. É indispensável

uma análise pormenorizada antes de realizar qualquer investimento no processo de internacionalização.

3) Diferenciação da Concorrência: Para ter sucesso nos mercados internacionais é fundamental que a sua empresa consiga introduzir algo novo ou diferenciador no seu produto. Cada mercado tem as suas próprias especificidades, mas qualquer empresa que se queira internacionalizar terá de enfrentar a “liability of foreignness”, quando comparada com empresas locais. Dessa forma, o estudo da concorrência é imprescindível para a correta assunção das oportunidades no mercado.

4) Avaliação da Mudança: A internacionalização acarreta vários desafios, para os quais uma empresa pode não estar totalmente preparada. São vários fatores externos e internos a ter em conta, tal como a avaliação da capacidade de produção, seja para manter os clientes atuais como para suprir os novos mercados externos, ou a capacidade dos recursos humanos que suportam e acompanham a empresa neste processo. Não basta perceber os mercados, é necessário conhecer as realidades culturais e dos consumidores nesses mercados e avaliar se as equipas estão preparadas para sair da sua zona de conforto.

5) Direção do Processo: Após as avaliações internas, dos concorrentes e do próprio produto ou negócio, é importante identificar quais os mercados que mais se adequam e definir uma estratégia que seja coerente com a capacidade financeira da empresa. A maior parte das empresas portuguesas (mais de 90%) internacionalizam-se através das exportações. Ainda assim, há outras formas de entrar nos mercados internacionais, seja Investimento Direto Estrangeiro, Franchising, Contract Manufacturing, etc.

6) Financiamento Necessário: O financiamento de um projeto de internacionalização é um dos temas mais importantes e que deverá estar assegurado desde o início, uma vez que internacionalizar uma empresa exige uma capacidade de investimento robusta. Para complementar capitais próprios

Incentivos Disponíveis à Internacionalização

» SI Competitividade Empresarial Internacionalização PME - Projetos individuais.*

Data prevista de abertura: junho/2024

PME que pretendam promover o aumento da sua capacidade exportadora. Taxa de incentivo: até 50% (incentivo não reembolsável – fundo perdido). Limite de 500k€ de incentivo.



94% Taxa de aprovação
Yunit (*)

» SI Competitividade Empresarial Internacionalização PME - Projetos conjuntos.

Data prevista de abertura: maio/2024

Associações Empresariais, Câmaras de Comércio e Indústria, etc.. Incentivo não reembolsável de:

Entidade Promotora: 85%; PME: 50%
Lisboa: 40%. Limite 10M€.

» Vale Internacionalização (fechado)

Microempresas e PME que não tenham iniciado o processo de internacionalização ou que não tenham tido atividade exportadora nos 12 meses anteriores à candidatura. Financia 75% das despesas elegíveis, subsídio não reembolsável (Lisboa o incentivo é calculado a uma taxa de 40% das despesas elegíveis). Limite de 5k€ de incentivo.

» PRR - Internacionalização via E-commerce (fechado)

PME que pretendem iniciar (Novas Exportadoras) ou reforçar (Mais Mercados) a sua presença internacional através dos canais de comércio eletrónico. Incentivo não reembolsável, 50% das despesas elegíveis. Limite 25k€ para “Novas Exportadoras” e 85k€ para “Mais Mercados”.

é possível, por exemplo, encontrar financiamento no âmbito do Portugal 2030 ou PRR (ver caixa com Incentivos Disponíveis) ou recorrer à banca.

7) Abordagem ao Mercado: A prospeção comercial em novos mercados é uma tarefa árdua e exigente. A identificação de potenciais clientes, distribuidores ou parceiros pode ser efetuada de diversas maneiras, seja através da participação em feiras, missões empresariais ou deslocações individuais aos mercados.

Depois de efetuar esta análise interna, então sim está hora de “aquecer os motores” e colocar em marcha esta ambição!

E para apoiar as empresas a levar a bom porto esta ambição, a Yunit preparou um

Roadmap de Acesso à Internacionalização, em parceria com a CCIP - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, composto por 3 etapas fundamentais:

- 1. Preparação do Projeto:** O que tenho de garantir antes de expandir para novos mercados?
- 2. Financiamento:** Como posso financiar a minha atividade internacional?
- 3. Prospeção:** Quais as opções para abordar novos mercados?

Através desta iniciativa, as PME beneficiam de apoio de A a Z ao longo de todo o seu processo de internacionalização, desde a estratégia à prospeção comercial nos mercados selecionados. Só assim é possível potenciar as vendas e minimizar os imprevistos!

Notícia

E-Book PT2030 | Guia para alavancar os seus projetos de investimento

Quer saber mais sobre as oportunidades do Portugal 2030?

Depois do sucesso das duas primeiras edições do Guia Yunit dedicado ao PT2030, lançámos a nova versão atualizada para ficar a par de todas as novidades.

Reunimos nesta publicação um conjunto de informações e insights valiosos para apoiar as PME nacionais no planeamento e preparação dos seus projetos de investimento de forma a maximizar a probabilidade da sua aprovação.

Este Guia vai permitir-lhe ficar a saber como preparar antecipadamente a sua candidatura e, assim, aumentar o potencial da sua aprovação porque:

- Reúne uma seleção de conteúdos essenciais sobre o Portugal 2030

de forma descomplicada, de acesso gratuito, fácil e intuitivo, num único lugar.

- Inclui informação atualizada dos avisos PT2030 - Inovação Produtiva e I&D Empresarial.
- Apresenta um Plano Anual dos Avisos mais relevantes para as Empresas.
- Identifica as etapas chave numa candidatura para não ter surpresas.



NOTÍCIA

Benefícios Fiscais: um complemento aos Incentivos Financeiros

Muito se fala nos incentivos provenientes do Portugal 2020/2030 e do PRR, mas existem outros mecanismos de apoio às empresas para os quais também importa estar atento. De entre estes, importa destacar o RFAI (Regime Fiscal de Apoio ao Investimento) e o SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial). Tratam-se de dois benefícios fiscais que visam apoiar as empresas que realizaram investimentos ligados ao processo produtivo ou em atividades de I&D, respetivamente.

No que diz respeito ao RFAI, este permite

deduzir à coleta de IRC até 30% (dependendo do volume e da região onde este foi realizado) do investimento realizado em ativos (tangíveis e intangíveis). Além disso, possibilita a isenção total ou parcial de impostos, como o IMI (por um período de 10 anos), o IMT e o Imposto de Selo. Um aspeto a ter em conta: para que a empresa possa usufruir deste benefício, os investimentos em causa têm de promover a criação de emprego.

No que diz respeito ao SIFIDE, visa aumentar a competitividade das empresas apoiando o seu esforço em I&D através da dedução à coleta do IRC de uma percentagem

das respetivas despesas (32,5% referente às despesas do ano em causa, às quais se soma 50% do acréscimo face à média dos dois anos anteriores).

Uma boa notícia é que estes benefícios fiscais são cumulativos com os incentivos do Portugal 2020/2030 – o RFAI com o Inovação Produtiva e o SIFIDE com o I&D Empresarial. Dado que, em ambos os casos, os incentivos financeiro e fiscal incidem sobre os mesmos investimentos, as empresas podem usufruir destes últimos como complemento para maximizar o apoio obtido sobre os seus projetos.

“RFAI e SIFIDE permitem às empresas deduzir à coleta do IRC entre 30% a 82,5% das respetivas despesas.

Notícia

PT2030: a minha candidatura foi aprovada. E agora? 10 Boas Práticas que deve ter em conta



CARLOS SOUSA
Coordenador, Yunit Consulting

Será que as empresas sabem como maximizar a execução financeira do seu projeto? Os dados existentes dizem-nos que as PME nacionais não são eficientes a executar os projetos financiados ao abrigo dos fundos estruturais.

Por isso, é essencial conhecerem as **10 boas práticas de implementação e execução de um projeto**. Tudo isto com o objetivo de **maximizar o incentivo recebido** na implementação, **imprimir maior celeridade ao processo, mitigar os pontos fracos e garantir o cumprimento das normas**.

1. Documentação do Projeto

Reunir todas as evidências técnicas, contabilísticas e financeiras, que comprovem a realização do projeto agrupadas num dossier do projeto.

2. Publicitação

Divulgação e publicitação do apoio concedido após a assinatura do termo de aceitação do projeto.

3. Financiamento

Os capitais próprios previstos, deverão estar disponíveis, de forma a acompanhar as necessidades de financiamento do projeto. Neste âmbito, importa cumprir, quando aplicável, as exigências legais do mínimo de financiamento de capitais próprios.

4. Aquisições em Condições de Mercado

Deve ser efetuada em condições de mercado, sendo necessária a apresentação de evidências dos procedimentos de aquisição, consultas, contratos e outros elementos, que validem a opção pelo fornecedor e os preços de aquisição dos ativos em causa.

5. Submissão e Fundamentação dos Pedidos de Pagamento

O pedido de pagamento só deve ser submetido quando estiver reunida toda a documentação necessária. Na sua fundamentação deverá ser explicitado o ponto de situação do projeto, evidenciando as situações específicas relevantes que tenham ocorrido e justifiquem eventuais desvios face ao investimento contratado.



6. Prazo de Execução

Despesas imputadas ao projeto devem estar enquadradas no período de elegibilidade contratada e legalmente aceite e só ocorrerem após a data de candidatura; não devem ser efetuadas despesas após data da conclusão do projeto; necessário demonstrar execução da operação no prazo de 90 dias, contados da data do início da operação prevista na decisão de aprovação da candidatura.

7. Plano de Investimento e Alterações

Devem evitar-se alterações de fundo ou ajustamentos substanciais que possam colocar em risco os objetivos subjacentes à aprovação da candidatura e que poderão levar à reavaliação do mérito do projeto. Alterações relevantes deverão ser comunicadas previamente para que possa ser feita a avaliação atempada desse impacto, permitindo à empresa executar os investimentos com segurança da sua elegibilidade.

8. Objetivos e Resultados

Monitorizar constantemente os objetivos e resultados a que a empresa se propôs (volume de negócios, valor acrescentado produto, criação de emprego qualificado, taxas de exportação).

9. Auditorias

Será auditado todo o processo e verificados todos os procedimentos, mesmo que já tenham sido analisados em fase de pedido de reembolso, podendo ser invertidas decisões, quer de elegibilidade ou de não elegibilidade.

10. Confiar em Profissionais Especializados

Para garantir uma execução eficiente é fundamental confiar na ajuda de profissionais especializados.

“Maximize o incentivo recebido na implementação, agilize o processo, corrija os pontos fracos e assegure a conformidade com as normas

